

ARTIGO

DA FÁBRICA AO SACRÁRIO:

OS PADRES OPERÁRIOS, A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC) E A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR EM SANTOS/SP (1967-1973)

CÉSAR AGENOR FERNANDES DA SILVA

Doutor em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e Professor Adjunto A do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR). E-mail: cesaragenor@unicentro.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0135-5084>

GINES SALAS NETO

Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/SP) e Professor da Educação Básica. E-mail: gines_pj@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7730-5441>

RESUMO: Este artigo propõe analisar a trajetória dos padres operários da congregação Filhos da Caridade, sacerdotes de maioria francesa que atuaram na diocese de Santos/SP durante o período da ditadura militar. Responsáveis pela rearticulação da Juventude Operária Católica (JOC) na região da Baixada Santista, lidaram com intensa vigilância, sendo três deles presos na data da promulgação do AI-5. Utilizamos como principal referência a análise de parte do conteúdo disponibilizado pelo acervo da Delegacia de Ordem Política e Social de Santos (DOPS Santos), sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

PALAVRAS-CHAVE: Padres Operários; Igreja Católica; Santos; Ditadura Militar.

FROM THE FACTORY TO THE TABERNACLE:

THE WORKER PRIESTS, THE CATHOLIC WORKING YOUTH (JOC) AND THE REPRESSION OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN SANTOS/SP (1967-1973)

ABSTRACT: This article intends to analyze the trajectory of the worker priests of the Sons of Charity congregation, french majority priests who worked in the diocese of Santos/SP along the military dictatorship period. Responsible for the rearticulation of the Catholic Workers' Youth (JOC) in the Baixada Santista region, they dealt with intense surveillance, with three of them being arrested on the date of enactment of AI-5. We used as main reference the analysis of part of the content made available by the collection of the Police Station of Political and Social Order of Santos (DOPS Santos), under the custody of the Public Archive of the State of São Paulo (APESP).

KEYWORDS: Worker Priests; Catholic Church; Santos; Military Dictatorship.

Recebido em: 30/03/2023

Aprovado em: 09/05/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p61-86>



Introdução

D. David Picão,¹ bispo titular da diocese de Santos² entre 1966 e 2000, foi um expoente da ala do episcopado brasileiro que se posicionou de maneira crítica à ditadura militar, setor que se ampliou e obteve enorme relevância durante a segunda metade da década de 1970. Adepto de um discurso de promoção da justiça social e de defesa dos direitos humanos, d. David angariou a antipatia dos militares, das camadas médias e altas de Santos e de um grupo mais conservador do clero santista.

Malvisto pela repressão antes mesmo de tomar posse como bispo diocesano em 13 de dezembro de 1966 – conforme referendam os documentos *produzidos* pela espionagem –, a imagem de prelado progressista reverberou entre os padres santistas, que passaram a ser detidamente vigiados.

Poucos dias após a sua posse, a apreensão da espionagem em relação ao prelado ganhou novo vigor com a vinda dos padres operários da congregação Filhos da Caridade,³ em sua maioria franceses, que atuaram em bairros socialmente vulneráveis das cidades de Cubatão/SP, São Vicente/SP e Santos. Diferentemente dos sacerdotes comuns, os padres operários dividiam a semana entre as celebrações das missas, a administração das paróquias e o trabalho em empregos comuns, especialmente em fábricas.

Responsáveis pela rearticulação da Juventude Operária Católica (JOC) na Baixada Santista em seu período de maior radicalização no país, os padres operários em questão foram severamente vigiados, sendo vítimas das arbitrariedades promovidas na data da promulgação do AI-5, em dezembro de 1968. O propósito deste artigo, portanto, consiste em analisar a breve atuação da JOC e do grupo de padres operários que se estabeleceu em Santos

¹ D. David Picão (1923-2009).

² Formada do desmembramento das dioceses de Botucatu/SP, Taubaté/SP e da arquidiocese de São Paulo/SP, a diocese de Santos foi instituída em 04 de julho de 1924, abrangendo toda a extensão do litoral de São Paulo, além de cidades da serra. Com a criação da diocese de Registro/SP em 1974 e da diocese de Caraguatatuba/SP em 1999, sua área de jurisdição foi limitada aos nove municípios da região da Baixada Santista. Disponível em: <<https://www.diocesedesantos.com.br/diocese/historia-da-diocese>>. Acesso em 13 out. 2022.

³ Existem dois tipos de sacerdotes na Igreja Católica: os oriundos de ordens religiosas, conhecidos como regulares e os seculares, também identificados como diocesanos, que são pertencentes a uma diocese – pequena parte territorial que é coordenada e dirigida por um bispo.

durante o período que engloba o recrudescimento do regime, bem como a repressão empreendida contra tais agentes religiosos.

Ainda no século XIX, ao passo que a classe trabalhadora ganhou projeção como ator político, a Igreja Católica desenvolveu planos de ação junto ao laicato. Em 1891, o papa Leão XIII publicou a *Rerum Novarum*, encíclica que discorre sobre as condições do operariado. Em 1922, o Papa Pio XI funda a Ação Católica na Itália, congregando jovens e adultos.

Replicada em países de tradição católica nos anos subsequentes, foi idealizada como uma resposta regeneradora da sociedade aos impactos causados pelo liberalismo e pela industrialização, marcando uma maior abertura para a ação desses católicos, como nos lembra Simone Silva Fernandes (2018, p. 11-23). Sob a coordenação direta do movimento, a JOC foi criada pelo padre Joseph-Léon Cardijn em 1923 na Bélgica, um dos maiores centros industriais da Europa. Na esteira da busca pela evangelização dos trabalhadores, surgiu a experiência dos padres operários na França dos anos 1940, contando com o entusiasmo de bispos franceses.

Ao tratarem da JOC e de outros movimentos e pastorais de viés progressista ligados à Igreja, a pedagogia aplicada por tais experiências e a pretensa autonomia de seus militantes costumam ser exaltadas por diversos autores que analisam o discurso católico de uma perspectiva política. No entanto, determinadas ponderações são oportunas.

Detentores de um poder de retórica muito superior à maioria dos militantes, padres e bispos, incluindo os padres operários, exerciam controle sobre os movimentos, como argumenta Alejandra Estevez (2008) ao tratar da JOC (2008, p. 69-73). Além disso, mesmo grupos para leigos como os citados obedeciam aos ideais de manutenção da ordem estabelecidos pela hierarquia eclesiástica. A aproximação da Igreja junto à classe trabalhadora, em determinada medida, nunca deixou de compor a estratégia de intervenção da instituição no mundo moderno em sua disputa pela hegemonia.

Para Roberto Romano (1979) – filósofo crítico aos autores que sobrevalorizam a perspectiva política de análise, minimizando os fatores de ordem teológica –, a marcante efervescência dos movimentos progressistas ligados à Igreja entre as décadas de 1970 e 1980 surgiu, ainda que não exclusivamente, como parte de um contínuo esforço da instituição em incorporar à sua tradição os novos desafios estabelecidos pela sociedade. A

constante atualização de seu discurso é uma prática que, historicamente, contribui para a preservação da sua influência (Romano, 1979, p.12).

Com imensa capacidade de adaptação às transformações do mundo e baseada fundamentalmente no misticismo e na transcendência, a Igreja se posiciona sobre questões temporais, apresentando-se como uma instituição acima da história. A proposta teórico-metodológica de Romano, defensor de uma análise teológico-política do discurso católico, orienta as análises deste artigo.

Com o propósito de responder as indagações elencadas, decidimos analisar parte do conteúdo documental disponibilizado pelo acervo da Delegacia de Ordem Política e Social de Santos (DOPS Santos), sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Trata-se de uma série documental em que cada prontuário remete a uma pessoa, partido político, instituição ou movimento social, estando identificado por uma numeração arquivística.

Recordamos que o acervo da DOPS Santos não se limita à documentação *produzida* pelo órgão, mas detém a intensa troca de correspondências e informações realizadas pelos diferentes órgãos de vigilância que compunham o Sistema Nacional de Informações (SISNI), tanto os da esfera local, quanto da estadual e federal. Contém também uma ampla quantidade de jornais e periódicos da época. Pertencentes a um amplo e sofisticado sistema, cabia às DOPS – estaduais e regionais – a formalização e a construção dos elementos investigativos que compunham os Inquéritos Policiais Militares (IPMs). A pesquisa foi complementada pela análise de parte do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

No período ditatorial, o Brasil condicionou sua política de segurança e defesa para uma doutrina nomeada de Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Criada no contexto da Guerra Fria e de inspiração francesa,⁴ a DSN foi aprimorada no Brasil, sendo amplamente difundida pela Escola Superior de

⁴ Diferentemente do que aparece na literatura sobre o tema, autores franceses e não estadunidenses teriam sido a principal referência do pensamento militar brasileiro na década de 1960. A doutrina conhecida como *Guerre Révolutionnaire*, criada para derrotar o movimento marxista-leninista e desenvolvida no contexto da Guerra da Argélia chegou na América do Sul através dos militares argentinos. No Brasil, as ideias francesas foram apresentadas numa conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 1959, sendo adotadas como doutrina oficial pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Para maiores informações, ler João Roberto Martins Filho (2008, p.39-50).

Guerra (ESG), órgão criado em 1949, responsável por formar uma classe dirigente que ocupou inumeráveis postos governamentais. Assim como a doutrina militar francesa – que não foi referência somente para os militares brasileiros, mas também para os argentinos –, a DSN estabelecia uma definição flexível e funcional do inimigo a combater, como destaca João Roberto Martins Filho (2008):

Nesse quadro, o inimigo era definido de forma ampla o suficiente para servir às mais variadas situações nacionais. A ideia geral era de que a civilização cristã estava envolvida numa guerra permanente e mundial, em que as distinções tradicionais entre guerra e paz passavam a ser insignificantes, assim como – na expressão de um analista – as diferenças entre anticolonialismo, nacionalismo antiocidente e comunismo. Vale dizer, o esquema francês era genérico o suficiente tanto para permitir que o Exército argentino definisse como seu principal inimigo o peronismo, que nada tinha a ver com o comunismo, como para dar ao Exército brasileiro uma justificação a mais para combater os nacionalistas ou os católicos radicais, além dos comunistas de várias feições (Martins Filho, 2008, p.42).

Como podemos observar, o anticomunismo estruturou o sistema institucional que, com o passar dos anos, pôs em prática uma implacável perseguição contra membros da hierarquia eclesiástica, tidos como progressistas, comunistas e esquerdistas, conceitos que, na compreensão dos agentes do regime eram extremamente abrangentes. Com base nessa doutrina e pelo trabalho que desenvolviam junto aos trabalhadores, os padres operários que atuaram na região da Baixada Santista foram considerados uma ameaça à segurança nacional.

Embora exista uma vasta produção sobre a teologia da libertação e o seu vínculo com os movimentos sociais, bem como uma considerável produção sobre a JOC, podemos afirmar que a história dos padres operários no Brasil não foi analisada com profundidade. Nosso objetivo também consiste em contribuir para a diminuição desta carência.

O legado da JOC e dos padres operários no Brasil

Na segunda metade do século XX, o perfil do clero brasileiro mudou de modo paulatino. Outrora agente político conservador, antimoderno e entusiasta das marchas contra as reformas de base de março de 1964, a Igreja

brasileira se transformou ao longo dos anos em uma das instituições que mais combateu a lógica autoritária do regime. Esse fenômeno contou com a influência do catolicismo francês, entre elas, a experiência dos padres operários.

Quando abordou o desenvolvimento do progressismo católico latino-americano no século XX, Löwy foi enfático ao citar as novas correntes teológicas do catolicismo francês. Contrapondo o restante da América Latina, que contou com forte influência da Igreja e da cultura espanhola e italiana, o Brasil possui um vínculo histórico com a França.

Movimentos de compromisso social como o *Economia e Humanismo* do pe. Lebrecht e autores como Jacques Maritain, Henri de Lubac, Emmanuel Mounier e Yves Congar são alguns dos elencáveis, responsáveis pela transformação dos planos de ação da Igreja junto à classe trabalhadora, até então caracterizados fundamentalmente pela ênfase na recristianização do operariado.

Tal processo contribuiu para originar o que na década de 1960 foi denominado de Esquerda Católica, representada pelos vários ramos da Ação Católica Brasileira (ACB),⁵ pelos dominicanos, alguns jesuítas e bispos progressistas. O desenvolvimento e a sistematização das ideias correntes em um corpo de textos produzidos por teólogos latino-americanos originaram na década de 1970 o que ficou conhecido como teologia da libertação, força cultural e religiosa que obteve papel de protagonismo no desgaste público do regime, contribuindo ainda para a configuração de um movimento trabalhista radical de massas, que mobilizou manifestações sociais no final da ditadura, impactando fortemente na composição da Constituição Federal de 1988.

Ao tratar do surgimento da Esquerda Católica na década de 1960, Mainwaring cita o papel do pensamento católico francês:

⁵ Composto a estratégia de resgate da influência da instituição na sociedade brasileira, a Ação Católica Brasileira (ACB) foi criada em 1935. Liderada por parcela da intelectualidade católica antimoderna do Centro d. Vital, a ACB se inspirava na matriz italiana. Presidida pelo então pe. Hélder Câmara entre 1946 e 1962, a ACB tornou-se Ação Católica Especializada em 1947, subdividindo-se em seções de juventude: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). A partir dessa nova fase, inspirada ao longo da década de 1950 pelas ideias de autores católicos franceses, os seguimentos da ACB se tornariam majoritariamente progressistas, integrando o que na década de 1960 ficou conhecido como Esquerda Católica. Para maiores informações, ler Simone Silva Fernandes (2018).

Teólogos europeus progressistas (como Maritain, Lebreton, Congar, Mounier) tiveram alguma influência no começo desse processo, mas a Esquerda Católica fez muito mais que introduzir o pensamento social europeu na Igreja brasileira. O que fez foi aplicar as ideias europeias às condições brasileiras e desenvolver uma nova concepção de missão da Igreja (Mainwaring, 1989, p.72).

A afirmação do brasilianista foi questionada por Löwy. Enquanto Mainwaring atesta que a Igreja no Brasil introduziu ideias europeias às suas condições, o sociólogo argumenta que a Igreja brasileira teria usado as contribuições francesas como ponto de partida para a formulação de ideias próprias, originando uma cultura político-religiosa eminentemente brasileira (2000, p.138). Além da influência francesa, a Esquerda Católica foi fortemente impactada pela Revolução Cubana de 1959 e pelo nacionalismo econômico, tal como enfatiza Kenneth Serbin (2001, p.99).

Assessorados por padres progressistas, muitos militantes da ACB ingressaram no Movimento Educação Básica (MEB), que destacava a importância da conscientização dos oprimidos, bem como se juntaram ao movimento operário. Os mais radicais, entusiastas do anti-imperialismo e do socialismo eram os membros da JOC e da Juventude Universitária Católica (JUC), de onde mais tarde surgiu a organização pró-revolucionária Ação Popular (AP).

Para Márcio Moreira Alves (1979), tanto a JOC quanto a JUC foram os grupos especializados da ACB que melhor se desenvolveram no país em razão do salto industrial vivenciado nacionalmente, responsável por reconfigurar a distribuição demográfica e dinamizar o mercado de trabalho. Nos grandes centros urbanos, as desigualdades e a dependência econômica do país eram mais evidentes, o que justifica a afirmação do autor. Sobretudo, estavam inseridas em um contexto em que a democracia liberal propiciava uma maior circulação de ideias e um debate político contínuo (Alves, 1979, p.123).

Excetuando a Juventude Agrária Católica (JAC), que atuava no campo e não nas cidades, em Santos, todos os segmentos da ACB atuaram ao menos por determinado período entre as décadas 1950 e 1960. Contudo, como indica Paulo Fernando Campbell Franco (2001), tais segmentos foram desarticulados

com o passar dos anos, fenômeno que se repetiu no restante do país (2001, p.93).

Em 1947, a JOC foi o primeiro grupo especializado a integrar a ACB. O seguimento tinha como propósito reconquistar os jovens trabalhadores, chegando ao Brasil como uma alternativa para cativar a classe trabalhadora urbana: “do ponto de vista da Igreja institucional, a JOC era parte de um esforço amplo de realizar uma cautelosa modernização através do desenvolvimento de um trabalho pastoral mais eficaz entre a classe trabalhadora” (Mainwaring, 1989, p. 141).

Entretanto, gozando de determinada autonomia frente à hierarquia eclesiástica, a JOC se converteu com o tempo em “uma das mais radicais organizações da Igreja brasileira” (Serbin, 2001, p.189). Para Mainwaring, a JOC exerceu papel preponderante na transformação de uma instituição autoritária, indiferente aos movimentos de base ou de leigos:

Numa época em que a maior parte da Igreja ainda se encontrava intimamente ligada ao Estado e às classes dominantes, a JOC ajudou a instituição a compreender as necessidades e os valores da classe operária e a importância de desenvolver práticas pastorais mais adequadas aos trabalhadores (Mainwaring, 1989, 139).

A autonomia da JOC, exaltada por diversos autores, de fato existiu. Estevez (2008), porém, destaca que o movimento sempre esteve integrado à estrutura hierárquica da Igreja, sendo acompanhado de perto por padres e bispos, através de orientação que não era apenas espiritual, mas também política, cultural e religiosa. Tratou-se, portanto, na análise da autora – que consideramos pertinente –, de uma autonomia concedida e com claros limites. A militância sempre dependeu do aval da hierarquia eclesiástica para a realização de atividades e para a cessão de salas em paróquias. Havia também uma forte dependência financeira.

Entre os anos de 1947 e 1957, a JOC atuou como um instrumento da Igreja Católica com a tarefa de cativar jovens trabalhadores, aderindo a uma concepção de fé tradicional e individualista, minimizando a ação política. Posteriormente, o seguimento se engajou em questões políticas, chegando ao auge de sua politização entre 1964 e 1970, período em que defendeu uma concepção anticapitalista de sociedade (Mainwaring, 1989, p.147).

Com a ditadura militar e a vitória de setores conservadores na disputa pelo comando da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Esquerda Católica foi sufocada. Deslegitimada pela hierarquia eclesiástica, a ACB vivenciou seus piores dias. Em 1966, o episcopado passou a exercer um controle rigoroso sobre a JUC, que foi dissolvida pelos bispos em 1968, ao passo que a JOC e AP passaram a ser reprimidas pelas forças de segurança com violência. Segundo Francisco Muraro (1983), sem o apoio da hierarquia eclesiástica, a JOC viveu um processo de declínio entre 1965 e 1970, culminando na sua desarticulação (1983, p. 110).

Assim compreendeu Alejandra Estevez:

Apesar de ser uma instituição com características monárquicas e bastante verticalizada, a Igreja soube abrir-se ao laicato como tática para integrar-se ao mundo moderno. Convidou-os a atuar em seu interior, como parceiros da hierarquia, mas nunca permitiu que o controle da ordem saísse de seu domínio [...]. Os que tentam transgredir esses limites geralmente são reprimidos ou expulsos da Igreja (Estevez, 2008, p.33).

Ainda que tenha se modernizado, alterando razoavelmente suas estruturas, tal prática não se revelou democrática, visto que a hierarquia eclesiástica atua para reprimir os que ferem os ideais de manutenção da ordem estabelecidos. Por esse motivo, Romano – que considera a Igreja inerentemente conservadora, ainda que plural – entende que não se pode crer que determinadas radicalizações de quadros de seus movimentos sejam adotadas pela Igreja.

A JOC deixou como legado lideranças formadas que atuaram mais tarde em movimentos sociais, como partidos políticos, associações de bairro e sindicatos. Além disso, contribuiu para inspirar pastorais e movimentos, como a Pastoral Operária (PO), a Pastoral da Juventude (PJ) e as comunidades eclesiais de base (CEBs), além de ter tido na Ação Católica Operária (ACO) uma herdeira do ideal *jocista*.

Quanto aos padres operários, na avaliação de Löwy, a experiência capitaneada por eles em todo o país possui grande mérito no florescimento de um modelo de Igreja com maior vitalidade nas periferias dos grandes centros urbanos e no desenvolvimento de atividades pastorais junto à classe trabalhadora. Para o autor, “a vontade da esquerda brasileira de se empenhar

com os trabalhadores encontrou uma importante fonte de inspiração na experiência francesa dos padres operários” (2000, p.240).

A experiência dos padres operários consistiu em uma modalidade de sacerdócio que buscou o engajamento na produção para desenvolver uma ação política por meio do trabalho e da convivência com o operariado. Tendo entre seus ideólogos os dominicanos Yves Congar e Marie-Dominique Chenu, foi fortemente impregnada pelas ideias de compromisso social difundidas pelas novas correntes teológicas que marcaram o catolicismo francês.

Como recorda Émile Poulat (1999), em 1943 foi criada a *Mission de Paris*, com o objetivo de formar padres para a recristianização da classe operária. No mesmo ano, os abades Henri Godin e Yves Daniel publicaram *La France pays de mission?*, livro de 4 mil exemplares vendidos que abordou a necessidade da Igreja reconquistar os trabalhadores. Em Lisieux, foi fundado o seminário para a formação de padres operários, que também orientava clérigos já ordenados que quisessem atuar como missionários pelo mundo.

Com a escalada anticomunista ocorrida no pontificado de Pio XII, a experiência foi condenada e proibida em 1954, sendo reabilitada somente em 1965, ao final do Concílio Vaticano II. No Brasil, além da região da Baixada Santista, a experiência esteve presente em regiões de polo industrial, como Recife/PE, Volta Redonda/RJ, Osasco/SP e no Grande ABCD Paulista. Paulo Sérgio de Jesus (2007) lembra que tais sacerdotes recebiam formação sobre a realidade latino-americana ainda em solo francês (2007, p. 26).

Ao analisar a experiência no Brasil, Jesus lembra que o trabalho desenvolvido por tais padres não se limitava em tratar do mundo do trabalho:

Como moradores e operários com o objetivo de fortalecer a luta por melhores condições de vida e de trabalho, os padres operários articulados com trabalhadores e moradores lutaram nos setores insalubres, por melhores salários, por construção de rede de esgoto e posto de saúde, entre outros problemas que dificultavam a vida do operário e de seus familiares tanto na fábrica quanto no bairro, o que demonstrava que as lutas de trabalhadores não se concentravam na fábrica, mas se estendiam para um cotidiano de vida nos bairros (Jesus, 2007, p.26-27).

A relação de proximidade dos padres operários junto aos trabalhadores também foi enfatizada por Maria Rosângela Batistoni (2001), que avalia a

experiência como sendo uma contribuição fundamental para o sindicalismo nas décadas de 1960 e 1970. Segundo a autora, grupos para leigos como a JOC, a ACO, a PO e a inserção da Igreja em comunidades socialmente vulneráveis da Grande São Paulo, por exemplo, permitiram que as organizações sindicais atingissem trabalhadores de regiões até então pouco acessíveis pelo contexto de quase clandestinidade dos movimentos (2001, p.113).

Em contrapartida, padres operários estiveram recorrentemente na mira da repressão de um regime que, além de hostil aos movimentos de trabalhadores, era avesso aos religiosos estrangeiros. Mais vulneráveis que outros religiosos e sob constante ameaça de expulsão conforme o regime recrudescia, a perseguição contra padres estrangeiros foi uma estratégia política do regime na avaliação de Valdo Magalhães (2005).

Baseado na revista SEDOC, o autor recorda que 12 foram os padres banidos pela ditadura militar entre 1968 e 1982. Utilizando dados mais seguros, Antônio Montenegro (2010) afirma que teriam sido 27 os religiosos expulsos entre 1964 e 1979 (Montenegro, 2010, p.135). De 1968 a 1970, 29 padres foram presos no país, em sua maioria estrangeiros. Foi o caso do padre operário francês Pierre Wauthier que atuava em Osasco, preso e expulso em 1968 após integrar uma greve, como recorda Marcos Roberto Brito dos Santos (2011, p.14).

Os primeiros anos dos padres operários em Santos

Cidade de um vigoroso movimento operário, Santos teve no catolicismo uma das principais expressões do conservadorismo, responsável por antagonizar durante várias décadas do século XX com a pretensa hegemonia progressista existente. Em 1963, por exemplo, o antimoderno d. Idílio José Soares,⁶ bispo titular da diocese de Santos entre 1943 e 1966, repudiou veementemente o movimento grevista que ocorria nacionalmente e com força peculiar na cidade, ao redigir o *Manifesto dos bispos de Santos contra a comunização do país*,⁷ condenando as subseqüentes paralizações dos trabalhadores.

⁶ D. Idílio José Soares (1887-1969) foi bispo das dioceses de Petrolina/PE (1932-1943) e Santos (1943-1966).

⁷ Manifesto dos bispos de Santos contra a comunização do país. **Diário do Paraná**, Curitiba, p.4, ano 9, n. 2871, 28 ago. 1963. Caderno 1.

No entanto, a chegada de d. David Picão ao litoral, inicialmente como bispo coadjutor de Santos em 1963 e, posteriormente, assumindo a titularidade a partir de 13 de dezembro de 1966, rompeu com esta tendência mais acentuadamente conservadora. Entusiasta do *aggiornamento* promovido pelo Concílio Vaticano II, Picão adquiriu fama de *bispo vermelho* após dirigir a diocese de São João da Boa Vista/SP entre 1960 e 1963, quando criou a Instituição Diocesana de Ação Rural (IDAR), que fornecia formação e assistência material para trabalhadores rurais, provocando a ira da elite agrária local. Tal versão dos acontecimentos foi dada pelo bispo em outubro de 1973, durante o coquetel em comemoração ao jubileu de prata de sua ordenação sacerdotal.⁸

Após assumir como bispo titular em dezembro de 1966, uma das primeiras medidas de d. David Picão foi convidar a congregação Filhos da Caridade para atuar na diocese de Santos. Em 23 de dezembro de 1966, uma reunião entre os padres operários e o bispo foi realizada no Colégio Stella Maris.⁹ No documento que cita o encontro, a repressão acusa os padres de atuarem a serviço do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).¹⁰

Fundada pelo francês pe. Jean-Emile Anizan no ano de 1920, a congregação Filhos da Caridade foi criada com o propósito de evangelizar as periferias dos grandes centros urbanos, aderindo mais adiante ao modelo operário de sacerdócio, chegando ao Brasil para atuar na diocese de Santo André/SP em 1961.¹¹

A vigilância informou em determinada oportunidade que os religiosos mantinham contato com Fidel Castro e o regime cubano.¹² No mesmo

⁸ HOJE, o bispo comemora 25 anos de ordenação. **A Tribuna**. Santos. 10 out 1973. Pront. n. 1421. - D. David Picão. APESP. DOPS Santos.

⁹ Fundado em 1924 e administrado pelas religiosas da congregação de Nossa Senhora – cônegas de Santo Agostinho, o Stella Maris é um tradicional colégio confessional de Santos, situado em uma das mais importantes avenidas da cidade, no bairro do Boqueirão. Disponível em: < <http://www.redealix.org.br/stellamaris/quem-somos/>>. Acesso em 21 out. 2022.

¹⁰ Afonso Greaud. Anexo nº14 - Reservado. Inf.240. DOPS Santos. 30 jan. 1967. Pront. n. 9719. - Padres. APESP. DOPS Santos.

¹¹ Disponível em: <<https://www.diocesesa.org.br/2018/12/10/padres-filhos-da-caridade-celebram-cem-anos-de-congregacao-religiosa/>>. Acesso em 12 out. 2022.

¹² É fundamental destacar que suposições sem qualquer evidência eram um itinerário recorrente da espionagem segundo Carlos Fico. O autor a descreve como um sistema leve de inculpação de pessoas, desenvolvido para desconfiar de tudo e todos, supondo que todo indivíduo pode ser culpado de corrupção ou subversão. Enfatiza ainda que era comum registrar na ficha de cidadão aleatório a presença em uma reunião e, posteriormente, atribuir suposições sem qualquer respaldo. Desse modo, o vigiado era paulatinamente inculcado sem provas (Fico, 2001, p.179).

documento, acusa-os de obedecerem ao suposto projeto subversivo do bispo.¹³ Em 03 de maio, os agentes do DOPS Santos redigiram descrições mais elaboradas sobre os religiosos:

Os clérigos acima citados, estão em plena campanha de pregação comunista na paróquia do Jardim Rádio Clube. Conhecidos como "padres operários", vêm usando o púlpito em violentos sermões pregando a luta de classes, inclusive usando elementos civis em suas pregações. Aguarda-se a chegada de novos padres que vem recebendo orientação do bispo d. David Picão.¹⁴

Os anos de atuação dos padres operários na diocese de Santos foram marcados pela permanente vigilância e recorrente ameaça de expulsão do país. Tal condição não se deu por acaso. Alves argumenta que, até por se instalar com pioneirismo e maior vigor em áreas socialmente marginalizadas, a Igreja teve por um longo período e ainda que indiretamente a tarefa de suprir a ausência do Estado brasileiro. Essa condição trouxe poder, legitimidade e prestígio moral aos agentes religiosos. Ciente disso e da marcante exclusão e pauperização vivenciada pelas camadas trabalhadoras durante o regime, o envolvimento de religiosos com questões sociais foi visto como uma ameaça à segurança nacional pela repressão.

Na região da Zona Noroeste de Santos e nos bairros Vila Margarida e Jardim Guassú em São Vicente – todas elas regiões socialmente vulneráveis¹⁵ –, os padres operários despertavam apreensão pelo trabalho que desenvolviam junto aos trabalhadores. Cabe lembrar o que significava desenvolver um trabalho junto ao operariado naquele período em uma

¹³ D. David Picão: Histórico. Inf. 119.DR/SP. 09 de maio de 1968. Pront. n. 1421. – D. David Picão. APESP. DOPS Santos.

¹⁴ D. David Picão: Histórico Político. DOPS Santos. 03 de maio de 1967. Pront. n. 1421. - D. David Picão. APESP. DOPS Santos.

¹⁵ O processo de industrialização da Baixada Santista nos anos 1940 e o êxodo rural nas décadas subsequentes implicaram na expansão urbana das cidades de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá/SP e mais tarde, Praia Grande/SP. Tal crescimento vertiginoso da população gerou a necessidade de políticas habitacionais. Contudo, os índices de inflação e da taxa de juros propiciaram um considerável déficit habitacional. Por seu protagonismo econômico, regional e o conseqüente encarecimento do custo de vida na cidade, a população de Santos adquiriu ao longo dos anos um nítido perfil de classe média, o que fez com que migrantes, oriundos principalmente da região Nordeste, se estabelecessem em maior quantidade nas cidades vizinhas. Em Santos, as regiões que mais receberam migrantes foram os morros e os bairros da Zona Noroeste, região de 6 km² que possuía cerca de 25 mil habitantes no ano de 1968. Para mais informações, ler Alcindo Gonçalves (1995, p.69-72) e José Carriço, Júlia dos Santos de Pádua e Nájlá Victória Isaías Pires (2021, p.107-130).

cidade como Santos, marcada pelas greves no porto e tida pelo imaginário anticomunista como *cidade vermelha*.

Poucos anos antes, logo após o golpe de 1964, como esclarecem Ricardo Marques da Silva e Carlos Mauri Alexandrino (1988), a repressão contra os trabalhadores se deu com particular violência na cidade, sob a liderança do major Antônio Erasmo Dias, com inúmeras organizações sindicais sofrendo intervenção. Com o apoio entusiasmado de setores como a comunidade católica santista, a classe média, os veículos de imprensa da região e a Associação Comercial de Santos, a ditadura militar foi instaurada e logo em seguida, o navio Raul Soares atracou no porto, funcionando como navio-presídio, recebendo centenas de presos políticos que seriam torturados a bordo, em sua maioria sindicalistas.

A tradicional expressividade das forças progressistas da cidade, característica que Fernando Teixeira da Silva (1995) nomeou de “secular cultura de solidariedade” (1995, p.13), justificou não só uma repressão mais intensificada após o golpe de 1964, mas inúmeras intervenções federais ao longo da história: durante toda a Era Vargas até 1952, entre abril de 1964 e abril de 1965 e de 1969 até 1983, todos os prefeitos de Santos foram nomeados. Portanto, fica nítido que o regime não toleraria qualquer resquício de movimento operário na cidade.

Ciente da conjuntura adversa, pe. Alphonse Greaud,¹⁶ irmão superior da congregação, foi contundente ao afirmar em novembro de 1967 que o trabalho desempenhado não tinha relação com política: “Antes, nossos elementos ficavam só na França, nos bairros pobres de Paris. Hoje, somos mais de 300 no mundo. No Brasil temos oito padres [...]. Não nos importamos com política. Baseamos nossas atitudes em três palavras: ver, julgar e agir”.¹⁷ Evidentemente entendemos que se trata de uma declaração com o propósito de apaziguar os ânimos dos setores mais conservadores da cidade, visto que o trabalho desenvolvido pela JOC e pelos padres operários possuía um claro viés político – o que não exclui o propósito evangelizador.

Ao todo, foram seis padres da congregação atuando na região da Baixada Santista, tratados no dia-a-dia por nomes *abrasileirados*, com o

¹⁶ Pe. Alphonse Greaud (1920-2008).

¹⁷ PADRE vai à fábrica viver com operários. **Cidade de Santos**. 03 de novembro de 1967. 6. Cad. p.6.

propósito de facilitar a relação com o laicato: pe. Alphonse Greaud, conhecido como pe. Afonso; Bernard Hervy,¹⁸ conhecido como pe. Bernardo; Jacques Vigneron,¹⁹ conhecido como pe. Tiago; Henri Beguin,²⁰ conhecido como pe. Henrique; Jean-Claude Griveau,²¹ conhecido como pe. Cláudio e o diácono uruguaio Carlos Tosar Errecart,²² que só foi ordenado padre por d. David Picão em 1969.

Torneiro mecânico de formação, pe. Bernard Hervy exerceu a profissão em dois locais diferentes enquanto atuou como padre no litoral paulista: na Cia Vidraria Santa Marina em São Vicente – local em que, segundo a repressão, foi despedido por ter inflamado os colegas de fábrica contra os empregadores – e na Cia União dos Refinadores de Açúcar em 1972, situada em Santos.²³ Pe. Jacques Vigneron concluiu o curso de mecânico ajustador em Santos, mas não atuou enquanto esteve na região.²⁴

Em 26 de janeiro de 1968, o *A Tribuna* descreveu os padres da congregação que atuavam na Zona Noroeste em matéria jornalística:

Pe. Tiago mora na Zona Noroeste da cidade, no bairro Jardim Bom Retiro. Junto com ele mora também o pe. Afonso, que coordenou a missa de Natal da zona celebrada pelo bispo (com um Jesus moreno no presépio vivo), pe. Bernardo, que é um torneiro-mecânico, operário de uma indústria em São Vicente e pe. Henrique, preocupado com o problema da alfabetização. Todos são franceses. Pe. Tiago passou a tarde de ontem inteira pintando cartazes e depois espalhava pelo chão, até secarem. Eles diziam por exemplo "Juventude em busca de libertação"; "É hora da ação".²⁵

¹⁸ Pe. Bernard Henri Marie Hervy (1929-2021) atuou nas dioceses de Santos, Santos André e nas arquidioceses de Salvador/BA e São Paulo. Ativo no movimento operário, foi preso em 1979 por conter material de propaganda sindical, durante a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP. Militou no Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC, antiga ACO) e foi cofundador da Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT Brasil) em 1999. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2021/06/14/morre-bernard-hervy-um-padre-operario/>>. Acesso em: 30 out. 2022.

¹⁹ Jacques Marie Joseph Vigneron nasceu em 1932, na França. Após deixar o sacerdócio em 1968, doutorou-se em Sorbonne. É professor aposentado da Universidade Metodista de São Paulo (Gottlieb, 2010, p.99).

²⁰ Pe. Henri Beguin (1923-2001).

²¹ Pe. Jean-Claude Pierre Griveau (1933-2020).

²² Pe. Carlos Tosar Errecart (1925-2019).

²³ Religiosos em Santos da Igreja Católica Apostólica Romana: Antecedentes. Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública. Sem data. Pront. n. 9719 – Padres. APESP. DOPS Santos.

²⁴ Religiosos em Santos da Igreja Católica Apostólica Romana: Antecedentes. Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública. Sem data. Pront. n. 9719 – Padres. APESP. DOPS Santos.

²⁵ Operárias jovens veem companheiras. *A Tribuna*. Santos. 26 jan. 1968. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOFC). APESP. DOPS Santos

Uma das principais ações dos padres operários foi a rearticulação da JOC na diocese de Santos, adequada a um discurso mais crítico e anticapitalista. No início de 1968, pe. Jacques Vigneron e outras seis paroquianas participaram do encontro regional do movimento realizado na capital paulista, que contou com a participação do cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Agnelo Rossi. Conforme informação da espionagem, quatro religiosos assessoravam o movimento: Bernard Hervy, Jacques Vigneron, Alphonse Greaud e o clérigo diocesano Nelson Lopes.²⁶ Mainwaring (1983) revela que, nesse período, o movimento se tornou um dos principais alvos da repressão política em todo o país.

Através das assembleias da JOC e da Juventude Operária Católica Feminina (JOCF) – composta majoritariamente por empregadas domésticas –, realizadas em paróquias e capelas das periferias de Santos, São Vicente e Cubatão, elaborou-se o *Manifesto da JOC da Baixada Santista*, um documento constituído para ser difundido entre os trabalhadores da região.²⁷ As pautas das assembleias tratavam das condições materiais de vida e da organização dos trabalhadores, contando com a representação de operários do polo industrial de Cubatão, comerciários, portuários e empregadas domésticas.

No relatório em que abordou a reunião da JOCF realizada para cerca de 50 pessoas presentes na sociedade de melhoramentos do Jardim Castelo, durante a manhã de 09 de julho de 1967, a espionagem descreveu o comportamento do pe. Jacques:

Esse padre, em todas as reuniões, além de observar, fica fazendo várias anotações em papéis que nada mais são do que o resultado de suas análises. Ao dirigir-se aos presentes, referiu-se ao fato de que é impossível um jovem operário viver com C\$50,00 mensais. Que isso não chega a sua compreensão. Que isso é deprimente, pois ele com C\$200,00 por mês vive com dificuldade e fazendo economia. Que os jovens devem se reunir para conquistar seus interesses.²⁸

²⁶ Operárias jovens veem companheiras. A Tribuna. Santos. 26 jan. 1968. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

²⁷ Manifesto da Juventude Trabalhadora da Baixada Santista. Juventude Operária Católica (JOCF). DOPS Santos. 09 jul. 1967. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

²⁸ Reunião JOCF (Juventude Operária Católica). DOPS Santos. 09 jul. 1967. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

Na conclusão, análise que a repressão fazia do trabalho dos religiosos ficou evidente:

A verdade é que esse movimento denominado JOC parece incutir a mentalidade francesa nos jovens operários em geral. Esse trabalho é feito através de equipes. Ou seja, cada uma formada por duas ou mais jovens bem "trabalhadas", orientadas, que através de panfletos, cartazes e palavras persuasivas, irão incentivando e atraindo as demais com finalidade de formar uma união de jovens, formando assim uma grande força, afim de poder conquistar os seus interesses diante das autoridades responsáveis [...]. Esse movimento pode ter um nobre fim, mas se essas ideias ministradas por esses padres alcançarem penetração em milhares de jovens operários, que na sua grande maioria não tem instrução, e, formando uma força mal dirigida, poderá criar situações delicadas no meio social.²⁹

Claramente a preocupação maior era com os religiosos que mediavam o movimento, ainda que a organização fosse mais horizontalizada, concedendo maior protagonismo aos leigos. Teorias conspiratórias, práticas repressivas e anticomunismos à parte, devemos admitir que a avaliação dos agentes, no que se refere ao controle dos padres, tinha o seu teor de coerência, visto que havia uma tendência a certa centralização na JOC: "O padre exercia um forte poder decisório, talvez pela autoridade em si já adquirida, talvez por possuir um acúmulo teórico e capacidade persuasiva muito maior que os jovens militantes que então se aproximavam do movimento" (Estevez, 2008, p.88).

O *Manifesto da Juventude Trabalhadora da Baixada Santista* foi difundido em julho de 1967. Transcrevendo trechos de encíclicas papais como a *Populorum Progressio* e a *Gaudium et Spes*, o texto do documento reivindicou melhores condições salariais e melhoria da qualidade de vida para os trabalhadores: "Uma jovem doméstica sai de casa às 5h e começa a trabalhar das 6h até 21h30. Não tira férias para descanso, tem somente dois dias livres no mês. Gostaria de estudar corte e costura, mas não tem tempo livre".³⁰

E concluiu:

²⁹ Reunião JOCF (Juventude Operária Católica). DOPS Santos. 09 jul. 1967. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

³⁰ Manifesto da Juventude Trabalhadora da Baixada Santista. Juventude Operária Católica (JOCF). DOPS Santos. 09 jul. 1967. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

Falamos assim não é para protestar contra qualquer pessoa ou negar esforços feitos, mas porque queremos mais amor e justiça; porque queremos que o Cristo seja respeitado em cada pessoa humana. Para os *jocistas*, Cristo também está vivendo dentro dos mais fracos, dos mais pobres e mais explorados. E tudo o que fizemos por eles, fazemos a Cristo.³¹

No dia 01 de maio de 1968, data em que se celebra o Dia do Trabalhador, pe. Jacques Vigneron foi detido junto de três integrantes da JOC na rua gen. Câmara, no centro da cidade. Na ocasião, foi apreendido material tido como subversivo: um panfleto com uma longa reflexão sobre as condições de trabalho. Além do padre, foram encaminhados para a 4ª Delegacia de Polícia os *jocistas* Edmir Elias Albino, Joana Muniz e a empregada doméstica Maria Aparecida da Silva.³²

Da prisão no AI-5 à ameaça de expulsão do país

Em 13 de dezembro de 1968, data que marcou o recrudescimento do regime com a promulgação do AI-5, os padres Bernard, Henri e o diácono Carlos Tosar Errecart foram três das vítimas das prisões generalizadas que se sucederam em todo o país. Retirados da casa paroquial no Jardim Rádio Clube, os religiosos foram conduzidos ao 2º Batalhão de Caçadores de São Vicente (2º BC), para onde também foram encaminhados outros presos, em sua maioria parlamentares e sindicalistas. Na mesma data, a repressão compareceu ao palácio episcopal com o propósito de levar preso d. David Picão, o que não ocorreu por interferência do gen. Fernando Belfort Bethlem, então chefe do Comando de Artilharia de Costa e Antiaérea da 2ª Região Militar (CACAAé), sediado em Santos.³³

A liberação dos religiosos só se deu em 18 de dezembro.³⁴ Tidos como integrantes da AP pela repressão, na Baixada Santista, os religiosos foram os últimos dentre os detidos na data da promulgação do AI-5 a serem liberados. Escreveu o delegado titular do DOPS Santos a mensagem endereçada à

³¹ Manifesto da Juventude Trabalhadora da Baixada Santista. Juventude Operária Católica (JOCF). DOPS Santos. 09 jul. 1967. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

³² Relatório Reservado n. 171. DOPS Santos. 02 maio 1968. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

³³ D. David Picão. Boletim Informativo 296/1968. Serviços de Informações, DOPS Santos. 16 dez. 1968. Pront. n. 1421. – D. David Picão. APESP. DOPS Santos.

³⁴ Segurança SPO. DOPS Santos. 18 dez. 1968. Pront. 2171. – Telex. APESP. DOPS Santos.

Secretaria Estadual de Segurança Pública: “Comunico que apenas os padres franceses Bernard Hervy, Carlos Tosar e Henri Beguim encontram-se ainda presos no 2º BC. Os demais foram liberados”.³⁵

A prisão dos religiosos e a acusação de envolvimento com a AP estavam atreladas diretamente à ampla campanha de repressão empreendida contra a JOC em todo o país. Em 1968, o congresso da JOC realizado em Recife inaugurou um racha, fazendo com que muitos militantes migrassem para a AP, permitindo que a repressão fizesse tal associação: "O movimento passou a ser comumente identificado, entre a polícia política, como uma ramificação da AP, acusado inclusive de divulgar material da referida organização" (Estevez, 2008, p.83).

Um relatório sem data foi redigido tratando da detenção dos religiosos:

Os três sacerdotes em questão, ao chegarem no país, iniciaram suas atividades como religiosos na igreja do Jardim Rádio Clube. Um deles (nas investigações foi possível saber-se qual), fez um pronunciamento que foi publicado na época, pelo jornal Cidade de Santos. Essa publicação deu motivo para investigações pelo DOPS. Por essa época, os mesmos apregoavam que os trabalhadores deveriam reivindicar seus direitos, mesmo que para isso tivessem que lutar contra o governo. Os três foram detidos pelo Exército e após esse fato, passaram a se dedicar somente a religião.³⁶

O documento afirma que após a prisão, tais padres passaram a não abordar mais temas vinculados à política. No mesmo período, o número de documentos citando os religiosos diminuiu drasticamente. Uma sindicância foi aberta em fevereiro de 1969, solicitando a expulsão dos padres operários detidos em 13 de dezembro, sindicância que, por intermédio do cônsul francês em Santos, foi sobrestada pelo ministro da justiça quatro meses mais tarde.³⁷

De acordo com o descrito pela Associação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT Brasil), entidade fundada por pe. Bernard junto de outras lideranças em 1999, os sacerdotes detidos em Santos na data da promulgação do AI-5 foram mantidos em liberdade vigiada por meses após as prisões, sendo impedidos de deixar a região da Baixada Santista. Viagens longas só eram permitidas mediante autorização da DOPS Santos. Segundo o relato,

³⁵ Segurança SPO. DOPS Santos. 18 dez. 1968. Pront. 2171. – Telex. APESP. DOPS Santos.

³⁶ Relatório. DOPS/DEREX. 03 fev. 1970. Pront. n. 9719 – Padres. APESP. DOPS Santos.

³⁷ Carlos Tosar Errecart: Histórico Político. DOPS/DEREX. 19 jun. 1969. Pront. n. 218. – Carlos Tosar Errecart. APESP. DOPS Santos.

por diversas vezes os muros do bairro foram pichados com ofensas aos sacerdotes, vistos como comunistas pelos setores conservadores. Tais episódios provocaram ainda o esvaziamento das missas e das atividades da paróquia.³⁸

Na data da ordenação sacerdotal do uruguaio Carlos Tosar presidida por d. David Picão na paróquia Sagrada Família em 17 de julho de 1969, foi elaborado um relatório detalhado citando os presentes, os pronunciamentos, o número alto de clérigos estrangeiros e as placas de carro identificadas na área de estacionamento.³⁹ O relatório contribuiu para evidenciar a vigilância rigorosa imposta aos padres. Em novembro, o agente da DOPS Santos citou em relatório uma enigmática afirmação do pe. Alphonse: “Estivemos em missa na Sagrada Família, dia 09/11/1969 às 19H. Os padres Henrique e Afonso lá estavam. No sermão, pe. Afonso disse que as coisas estavam ruins e iam mudar, e sempre poderiam mudar”.⁴⁰

Estando entre os procurados na data da promulgação do AI-5 e não sendo encontrado na ocasião das prisões, pe. Jacques Vigneron tornou-se foragido da Justiça, o que culminou na sua deportação em 1974. Desinformada no dia das prisões, a repressão desconhecia que em 1968, apoiado pelos companheiros de congregação, Jacques havia abandonado o ofício de padre, casando-se no mês de outubro.⁴¹ Segundo Liana Gottlieb (2010), o seu retorno ao Brasil só foi permitido com a promulgação da Lei de Anistia em 1979 (2010, p.99).

Conforme a espionagem, em março de 1972 o Ministério da Justiça estudou a possibilidade de abertura de inquérito contra o pe. Carlos Tosar, com o objetivo de deportá-lo em razão de sua suposta conduta subversiva como funcionário da Fábrica de Cimento Santa Rita, em Cubatão.⁴²

³⁸ FONSECA, C. Projeto de Decreto Legislativo apresentado em 26 de outubro de 2009 (PDL 94/2009), pelo vereador Cláudio Fonseca (PPS/SP). **Câmara Municipal de São Paulo**. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPDL0094-2009.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

³⁹ Serviço Secreto de Informação. DOPS Santos. 19 jul. 1969. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

⁴⁰ Relatório de Informações Reservadas. DOPS Santos. [?] nov. 1969. Pront. n. 9719. – Padres. APESP. DOPS Santos.

⁴¹ Pe. Jacques Marie Joseph Vigneron: Histórico Político. DOPS/DEREX. 14 nov. 1973. Pront. n. 1347. – Jacques Marie Joseph Vigneron. APESP. DOPS Santos.

⁴² Carlos Tosar Errecart: Histórico Político. DOPS/DEREX. 28 mar. 1972. Pront. n. 218. – Carlos Tosar Errecart. APESP. DOPS Santos.

Um relatório foi emitido em 26 de dezembro de 1973, tratando dos integrantes da congregação Filhos da Caridade que atuavam na Baixada Santista. O novo documento reforçou a ideia de que os padres operários moderaram o discurso após as prisões efetuadas em 13 de dezembro de 1968: “Suas atividades no momento, são consideradas normais. Pe. Bernard Hervy, entretanto, é merecedor de maior atenção, apesar das restrições que lhe foram impostas”.⁴³ Naquele ano, pe. Bernard morava e celebrava missas no bairro da Vila Margarida, em São Vicente, estando subordinado ao padre espanhol Júlio Llarena. Pe. Carlos Tosar havia deixado a diocese de Santos, migrando para a diocese de Santo André.⁴⁴

Aos poucos, os padres da congregação Filhos da Caridade deixaram a diocese de Santos, migrando para a região do Grande ABC Paulista. Tal como argumentou pe. Bernard em entrevista, já em um contexto de desgaste do regime e efervescência dos movimentos populares, os padres operários encontraram terreno fértil para atuarem, integrando as greves de massas que marcaram o país.⁴⁵ Pe. Alphonse foi o último padre a deixar a paróquia Sagrada Família no Jardim Castelo, em 26 de fevereiro de 1978.⁴⁶

Um documento de 11 de janeiro de 1976, de autoria da seção de informações do Departamento de Polícia Federal de Santos, declara que, depois de Jacques e Bernard deixarem a diocese de Santos, os trabalhos da JOC se encerraram.⁴⁷ Segundo o *Cidade de Santos*, a JOC foi rearticulada em Santos no ano de 1982, com a realização de reuniões preparatórias para o 3º Congresso Nacional da JOC.⁴⁸ Contudo, nacionalmente, o movimento não teria mais a mesma expressividade.

⁴³ Igrejas e respectivos missionários: dos padres franceses. DOPS Santos. 26 dez. 1973. Pront. n. 9719. – Padres. APESP. DOPS Santos.

⁴⁴ Carlos Tosar Errecart: Histórico Político. DOPS/DEREX. Dez. 1973. Pront. n. 218. – Carlos Tosar Errecart. APESP. DOPS Santos.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.quimicosunificados.com.br/2987/no-brasil-desde-1966-o-padre-francesbernard-hervy-fala-sobre-sua-vida-no-pais/>>. Acesso em 17 out. 2022.

⁴⁶ Paróquia Sagrada Família, em Santos, celebra jubileu de ouro. Santos. Presença Diocesana. Santos, dez. 2018, p.5.

⁴⁷ Inf. n. 009/1976. Departamento de Polícia Federal de Santos. 11 jan. 1976. Pront. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

⁴⁸ Maior participação dos jovens. Cidade de Santos. 28 nov. 1982. Pront. n. 8224. – Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). APESP. DOPS Santos.

Considerações finais

As arbitrariedades perpetradas contra os padres operários que atuaram em Santos possuem múltiplas motivações. Estrangeiros, subordinados a um bispo considerado progressista, atuantes em uma cidade de expressivo movimento operário que ensejava preocupação acentuada e praticantes de uma modalidade de sacerdócio condenada por Pio XII em 1954, não faltaram razões para que os padres fossem tidos como inimigos a serem combatidos pelo regime. A principal motivação, no entanto, residia na brutal repressão empreendida contra a JOC nacionalmente. Vivenciando o auge de sua radicalização, a JOC foi reprimida de forma implacável.

Os padres operários que atuaram em Santos são personagens que integraram uma experiência muito enaltecida por autores que analisam o desenvolvimento da teologia da libertação e do sindicalismo brasileiro. A experiência dos padres operários, a JOC e outros movimentos contribuíram para que surgisse um movimento trabalhista que influenciou nos rumos do Brasil redemocratizado. Porém, podemos afirmar que faltam produções que tratem da experiência com maior profundidade em nosso país.

Ao analisarmos a atuação dos padres operários e da JOC em Santos, consideramos plausíveis os apontamentos de Estevez, que contesta a ideia bastante difundida de que o movimento era caracterizado pela autonomia de seus militantes. Ainda que a JOC obtivesse uma organização mais horizontalizada, fica evidente o controle exercido pelos religiosos, algo observado pelos próprios agentes da repressão. Além disso, admitimos que experiências como a da JOC e dos padres operários foram demasiadamente analisadas através de uma perspectiva política, ignorando o papel que a aproximação da Igreja junto aos trabalhadores tinha na reconquista de sua influência e na recristinização da sociedade.

A reabertura dos arquivos da repressão tem reascendido o debate, propiciando inclusive redirecionamentos interpretativos no que se refere à natureza da ditadura militar brasileira, permitindo que seja público o conhecimento da trajetória de diferentes personagens e acontecimentos esquecidos.

Referências bibliográficas

ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARAÚJO, L. A. et al. O Acervo DEOPS/SP. In: AQUINO, M. A. et al. (Org.). **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo Público do Estado; Imprensa Oficial, 2001. p. 23-35.

AQUINO, M. A. de (et.al.). **Dossiês Deops/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro**. Arquivo do Estado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 5 volumes.

BATISTONI, M. R. **Entre a Fábrica e o Sindicato: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1967-1987)**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARRIÇO, J.; PÁDUA, J. dos S. de.; PIRES, N. V. I. Processo de urbanização, condicionantes urbanísticos e padrões morfológicos do tecido urbano da Zona Noroeste de Santos/SP. **A produção do saber**. Santos, v.47, n. 132, p.107-130, 2021.

ESTEVEZ, A. L. M. **A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 159 p.

ESTEVEZ, A. L. M. **Projetos católicos e movimentos sociais: a diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda (1966-2010)**. Tese (Doutorado em sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 260 p.

FERNANDES, S. S. **Lux in arcana (A luz no segredo): a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos**. 331p. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, C. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

FRANCO, P. F. C. **Waldemar Valle Martins: Homem de Virtude e Saber**. São Paulo: Loyola, 2001.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, A. **Lutas e Sonhos: Cultura política e hegemonia progressista em Santos (1945-1962)**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

GOTTLIEB, L. Da leitura crítica dos meios de comunicação à educomunicação. **Trama Interdisciplinar**. São Paulo, Ano 1, v. 2, 2010.

JESUS, P. S. de. **Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. 120p.

LÖWY, M. **A Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGALHÃES, V. de B. Os padres estrangeiros no Brasil, sob a perspectiva de conflitos com o Estado (1968-1980). **Guanicuns**. Goiás, nº3-4, p.139-153, nov. 2005/jun.2006.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MAINWARING, S. A JOC e o Surgimento da Igreja na Base (1958-1970). **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 43, fasc. 169. Petrópolis: Vozes, 1983

MARTINS, H. H. T. de S. **Igreja e Movimento operário no ABC: 1954-1975**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960. São Bernardo do Campo/SP. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p.39-50, junho/2008.

MONTENEGRO, A. T. Política e Igreja Católica no Nordeste (1960-1970). In: **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MURARO, V. F. **A JOC: uma Utopia Operária**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. 84p.

NAPOLITANO, M. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual Editora, 1998.

POULAT, É. **Les prêtres-ouvriers: naissance et fin**. Paris: Éditions du Cerf, 1999.

ROMANO, R. Brasil: **Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTOS, M. R. B. dos. Por debaixo da batina: padres e bispos sob a vigilância do DOPS/SP. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho/2011.

SARTI, I. P. A. **Estiva e política: estudo de caso no porto de Santos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973. 185p.

SERBIN, K. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, F. T. da. **A carga e a culpa:** os operários das Docas de Santos – direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, R. M. da; ALEXANDRINO, C. M. **Sombra sobre Santos:** O longo caminho de volta. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.

SOUZA, A. M. de. **Estado e Igreja Católica:** O movimento social do cristianismo da libertação sob a vigilância do DOPS/SP (1954-1974). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. 387p.